

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor da Redação: Otavio Frias Filho — Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César do Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

ANC

P.A. 2

A opinião de Leonidas

Que o ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, expresse suas opiniões a respeito do andamento dos trabalhos constituintes, numa reunião ministerial a portas fechadas, não é acontecimento a encarar com alarme ou inquietação. Procurar entender esta atitude como uma advertência das Forças Armadas talvez seja o primeiro passo para admitir como normal, num quadro de estruturação e fortalecimento do poder civil, um tipo de intervenção que a sociedade já rejeitou com máxima ênfase.

A democracia brasileira será muito frágil se se sentir intimidada a cada manifestação pessoal de uma autoridade militar. Registra simplesmente o fato, sem aceitá-lo como um dado decisivo para o processo constituinte. São os deputados e senadores, investidos da legitimidade que lhes assegura o voto popular, os exclusivos detentores do poder de redigir a nova Constituição. Devem fazê-lo com a preocupação de atender aos interesses mais gerais da sociedade, não às pressões, por mais fortes que sejam, de qualquer corporação.

É com um sentimento de natural, superior autonomia, que o poder civil se exerce e consolida. Não recebe ordens ou advertências. Muito menos se presta a entender como tais os rasgos de descontentamento pessoal a que se permitam alguns membros das Forças Armadas.

Sabendo-se da experiência dolorosa que a intervenção militar determinou sobre a vida política brasileira, deve-se

notar, entretanto, que o máximo cuidado e o mais rigoroso autopolicia-mento deve presidir a todas as atitudes de um ministro do Exército. Mesmo não se tratando de um pronunciamento público, as palavras do general Leonidas terminaram por adquirir este caráter. Reavivam, assim, um passado recente de traumas e de instabilidade. Voluntariamente ou não, tendem a alimentar um tipo de alarmismo que não coaduna com o regime democrático.

Mais do que isto, suscitam um gênero de reações especialmente reprovável, que o líder do PFL, deputado José Lourenço, apressou-se em exemplificar. O entusiasmo com que, segundo se noticia, acolheu as afirmações do ministro do Exército surge como uma lamentável demonstração de fraqueza e de subserviência. Nada será mais desgastante para o poder civil do que algumas lideranças tomarem, como argumento em favor de suas opiniões, aquilo que um general diz ou deixa de dizer. É como se buscassem para si a proteção das autoridades militares, tarefa mais cômoda e fácil do que a de responder, por sua própria conta e risco, às responsabilidades de seu mandato. O Brasil conhece o longo e deprimente repertório das histerias, das irresponsabilidades e do oportunismo daqueles a que se denominou de "vivandeiras de quartel". O termo — felizmente — caiu em desuso. É com decepção que se vê, neste caso, um motivo para ressuscitá-lo.